

Determinantes da mobilidade das pessoas no período da pandemia da Covid-19: Uma análise econométrica para diferentes países^a

Determinants of People's Mobility in the Period of the Covid-19 Pandemic: An Econometric Analysis for Different Countries

Adilson Giovanini^b 

Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Governança Pública,
Balneário Camboriú (SC), Brasil

Samira Kauchakje^c 

Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Governança Pública,
Balneário Camboriú (SC), Brasil

Helberte João França Almeida^d 

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações
Internacionais, Florianópolis (SC), Brasil

Resumo: A pandemia da Covid-19 ocasionou a perda de milhões de vida em todo o mundo. Diante de um vírus que possui alta capacidade de transmissão e de mortalidade, uma das medidas de comprovação sanitária para o controle da disseminação do vírus, na falta ou juntamente com a vacina, é a redução da circulação e a proibição de aglomeração de pessoas. Neste contexto, o presente estudo avalia quais determinantes influenciam o índice de mobilidade em uma amostra de dados composta por 71 países. Para isso, adota-se a abordagem de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados sugerem que ações futuras de controle da mobilidade das pessoas devem considerar as variáveis relativas ao capital social, ao capital social-institucional e à economia.

Editor responsável: Eduardo Angeli

^a Submissão: 14/06/2023 | Aprovação: 18/11/2024 | DOI: 10.5380/re.v45i87.91470

^b adilson.giovanini@udesc.br

^c s.kauchakje@udesc.br

^d helberte.almeida@ufsc.br

Todos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Palavras-chave: Covid-19. Mobilidade. Capital Social. Capital Institucional. Política Pública.

Abstract: The Covid-19 pandemic caused the loss of thousands of lives around the world. Given a virus with a high transmissibility and mortality, some health compliance measures to control the spread of viruses, in the absence or together with a vaccine, including reducing circulation and prohibiting crowding of people. In this context, the present study evaluates the determinants influencing the mobility index in a dataset covering 71 countries. For this purpose, the Ordinary Least Squares (OLS) approach is adopted. The results suggest that future actions to control the mobility of people must consider the variables relating to social capital, social-institutional capital and the economy.

Keywords: Covid-19. Mobility. Social Capital. Institutional Capital. Public Policy.

JEL: I10. I28. J60. C31.

1. Introdução

A Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia de emergência global no dia 11 de março de 2020. Como a produção de vacinas estava nos estágios iniciais, a medida de desaceleração na transmissão do vírus, recomendada pela OMS, foi a restrição da mobilidade das pessoas. Essa medida foi adotada de forma generalizada pelos países a partir do mês de março de 2020 (Organização Mundial de Saúde, 2020).

Para reduzir a mobilidade das pessoas, governos de diversos países impuseram medidas de restrição à circulação, com vistas a promover o distanciamento físico. Nesse contexto, a circulação das pessoas era limitada, sendo permitido somente o funcionamento das atividades essenciais: farmácias, supermercados e hospitais (Aquino *et al.*, 2020). Com o passar do tempo, alguns estabelecimentos foram autorizados a reabrir desde que se adequassem às medidas sanitárias, tais como: limitação no número de pessoas em bares; escolas na modalidade de funcionamento presencial e remoto (Ximenes *et al.*, 2021).

A literatura que avalia as medidas adotadas pelos países encontra evidências favoráveis ao argumento de que a confiança no governo influencia diretamente no sucesso dessas políticas (Olsen, Hjorth, 2020; Schmelz, 2021; Lalot *et al.*, 2020; Devine *et al.*, 2020; Dryhurst *et al.*, 2020; Harring, Jagers, Lofgren, 2021; Van Bavel *et al.*, 2020; Han *et al.*, 2020). Esses resultados convergem com a literatura de capital social, a qual afirma que a confiança influencia na capacidade de implementação de políticas públicas e ações coletivas, como o enfrentamento de uma pandemia, que exigem a coordenação de expectativas e a redução na incerteza dos atores (Runge, 1984; Coleman, 1994; Putnam, 1996).

O conceito de capital social foi utilizado de forma pioneira na sociologia (Bourdieu, 1986; Loury, 1981; Coleman, 1994; Putnam, 1993, 1996). Ele é definido como uma variedade de relações de cooperação que facilitam as ações dos indivíduos por meio da construção de redes de relacionamento social e formas de socialização em grupos que facilitam e estimulam a cooperação social ao estabelecerem normas de reciprocidade, confiança e obrigações mútuas. Quando os membros do grupo se comportam de forma coerente e honesta, eles passam a ter confiança mútua. Dessa forma, a confiança emerge como elemento de união que reduz custos e facilita as interações (Fukuyama, 2002). A noção de capital social pode ser entendida a partir de duas frentes ou dimensões. Uma delas é a do

capital social propriamente societário, referente à força do comprometimento coletivo, dos laços sociais, da solidariedade e da reciprocidade das pessoas para com suas comunidades e entre os seus membros, isto é, refere-se à confiança interpessoal e socioinstitucional. Outra é a do capital político-institucional, ou seja, o capital produzido na relação da sociedade com o Estado e o governo. O elemento central nas duas frentes é a confiança interpessoal e institucional.

O impacto econômico, social e político que a Covid-19 causará nos países em diferentes gerações é uma agenda de estudo em distintas áreas. Assim, o presente estudo visa contribuir com a literatura ao responder a seguinte pergunta: quais variáveis políticas, econômicas e de governança pública estão relacionadas ao indicador de mobilidade? O presente estudo avalia se a confiança no governo ajuda a explicar a adesão às regras de distanciamento social. Ademais, o artigo adiciona variáveis políticas e econômicas que podem afetar a adesão às regras de distanciamento social, realizando a análise para uma significativa amostra de países.

Para responder ao objetivo proposto da pesquisa, utiliza-se a abordagem econométrica de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Além disso, para garantir maior esclarecimento dos resultados obtidos realiza-se uma exposição e apresentação dos dados e das hipóteses testadas. Além do índice de mobilidade, a base de dados é constituída por 15 variáveis e analisam-se 71 países.

A base original era composta por 33 variáveis. Contudo, a variável Densidade demográfica, taxa de urbanização, Capital Humano e as demais variáveis do *Worldwide Governance Indicators* (Voz e responsabilidade, Eficácia do governo e Controle da corrupção), do V-Dem (democracia deliberativa, eleitoral, liberal, participativa e igualitária) e do índice desagregado de liberdade econômica não melhoraram substancialmente o ajuste do modelo e/ou resultaram em multicolineariedade, sendo excluídas da análise. Por fim, os países estudados são os que apresentaram os dados para análise.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a seção dois traz estudos correlacionados com o tema proposto. Na sequência, a seção três mostra os dados adotados para identificar as variáveis que influenciam no índice de mobilidade. Posteriormente, a seção quatro apresenta e discute os resultados encontrados para as estatísticas descritivas e do modelo econométrico. Por fim, a seção cinco traz as considerações finais.

2. Considerações sobre os determinantes da mobilidade das pessoas e a confiança nos governantes

A pandemia da Covid-19 mudou a vida de praticamente todas as pessoas. Cientistas das mais diversas áreas estão criando uma vasta agenda de pesquisa para entender os efeitos de curto e longo prazo ocasionados pela doença. Em termos econômicos, os trabalhos também abordam áreas distintas. Arthi e Parman (2021) avaliam os efeitos causados pela Covid-19 na variável capital humano. Precisamente, os autores salientam que os efeitos de longo prazo podem ser divididos em dois, a saber: i) a taxa de mortalidade e a redução na produtividade da economia; ii) a pandemia causou grande pressão no sistema de saúde e na assistência do governo, o que afetou todos, inclusive quem não adoeceu.

ILO (2020) aponta que mais de três bilhões de trabalhadores foram afetados pela desaceleração súbita da economia mundial. Assim, a depender das medidas de políticas públicas, a taxa de desemprego em dois dígitos permanecerá alta por muitos anos, inclusive nas economias desenvolvidas. Por sua vez, Almeida e Giovanini (2020) mostram que o isolamento social provocou mudanças nos hábitos dos restaurantes e dos consumidores, e que, entre estas mudanças, a maior presença de entregas de delivery e da digitalização das economias são persistentes no longo prazo.

Nos estágios iniciais da pandemia, com a produção de vacinas sendo pesquisada, a principal medida de comprovação sanitária para o controle da disseminação do vírus foi a redução da circulação e a proibição de aglomeração das pessoas. Contudo, tal medida é antipopular, pois a proibição do funcionamento desses estabelecimentos somado ao pouco capital de giro das empresas ocasionou a falência e a demissão em massa. Em adição a esse cenário, os governos tiveram pouca manobra para realizar políticas públicas de assistência social, diante do aumento da demanda, se viram incapazes de atender a todas as necessidades.

Como ressaltado anteriormente, o presente estudo busca avaliar quais variáveis influenciam no indicador de mobilidade. Para tanto, busca-se na literatura especializada estudos que mostrem como os indicadores levantados devem ser interpretados. Nesse contexto, Zannakis, Wallin e Johansson (2015) verificam a relação entre a confiança política e a aceitação de regras impostas pelo governo no campo ambiental. Os autores mostram que a qualidade das instituições,

as regras claras e imparciais, bem como a confiança política influenciam positivamente na aceitação das regras por parte da população.

Christensen e Laeggreid (2014) discorrem sobre a confiança no governo dos cidadãos noruegueses. Utilizando a metodologia de questionários, os autores chegaram às seguintes conclusões: i) alto nível de confiança em uma instituição tende a se estender a outras instituições; ii) variáveis político-culturais, como a satisfação com a democracia, têm maior efeito na confiança das pessoas no governo; iii) parte da população que está satisfeita com os serviços públicos apresenta nível de confiança nas instituições públicas maior do que a parte que está insatisfeita com a oferta dos serviços públicos; iv) a confiança no governo é influenciada por fatores demográficos, como idade, educação e ocupação. Por sua vez, Christensen e Laeggreid (2020) mostram que o governo norueguês conseguiu controlar o vírus da Covid-19 adotando estratégias de supressão, controle, tomadas de decisão colaborativas e pragmáticas e comunicação bem-sucedida com o público. Desse modo, a gestão de crises é mais bem sucedida quando o governo possui legitimidade democrática e confiança da população.

Harring, Jagers e Lofgren (2021) e Van Bavel *et al.* (2020) avaliam os fatores determinantes da disseminação da Covid-19. Para o enfrentamento da doença, o fator chave é a confiança recíproca. Dessa forma, as pessoas devem confiar que as recomendações do governo são corretas, que são do seu interesse (ou do coletivo) e que a maioria das pessoas seguirá as recomendações. Simultaneamente, as autoridades governamentais devem confiar que seus cidadãos transformarão as recomendações em ações coletivas.

Nesse mesmo contexto, Han *et al.* (2020), a partir de uma amostra com 23.733 observações em 23 países, encontraram que a maior confiança no governo foi significativamente associada a uma maior adoção de comportamentos pró-sociais e de saúde. Assim, quanto maior a confiança, maior a eficácia do controle do governo sobre a Covid-19 (Han *et al.*, 2020; Olsen; Hjorth, 2020). Os autores também salientam que governos percebidos como bem-organizados e que disseminaram mensagens claras e conhecimentos relevantes sobre como se proteger do vírus foram os que obtiveram maior confiança da população (efeito *rally-round-the-flag*) e apresentaram melhores resultados no controle da pandemia (Jennings, 2020).

Schmelz (2021) utiliza dados da Alemanha em uma pesquisa realizada com 4.799 entrevistados no final do primeiro bloqueio gerado pela Covid-19 e afirmam que uma parte substancial da população é favorável à implementação de medidas voluntárias e contrárias às ações forçadas. As respostas negativas, nomeadas como aversão ao controle, variam de acordo com a natureza da intervenção política e são menos comuns entre aqueles que confiam mais no governo e nas informações que ele fornece e entre aqueles que foram criados sob o regime coercitivo da Alemanha Oriental.

Lalot *et al.* (2020) utilizam dados italianos e franceses extraídos de 372 entrevistados, em março de 2020, período do bloqueio total adotado por ambos os países, e uma subamostra de 130 observações para afirmarem que a preocupação ou a confiança devem ser suficientes para sustentar a disposição dos participantes em obedecer às regras impostas, mas que a ausência de ambos (complacência desconfiada) reduziria a conformidade significativamente.

Devine *et al.* (2020), a partir de uma amostra de 6.948 observações de 23 países, afirmam que o número divulgado de infecções não pode ser explicado pelas intenções individuais de cumprir as medidas prescritas e pelas intenções de se envolver em comportamentos pró-sociais discricionários. Dessa forma, a confiança no governo, a confiança nas outras pessoas e, em particular, na ciência são bons indicadores para averiguar o comportamento dos indivíduos.

Dryhurst *et al.* (2020) salientam que as percepções de risco na pandemia são maiores quando a população confia mais no governo e confia menos na ciência e nos profissionais médicos. Assim, esses resultados ajudam a explicar a adoção de medidas restritivas posteriores por parte dos governantes.

3. Metodologia

O Google (2022) disponibiliza dados com frequência diária que medem a mobilidade das pessoas no contexto da pandemia. Esses dados, obtidos por meio de aplicativos e smartphones, medem o fluxo de visitantes em estabelecimentos comerciais e não comerciais, sendo as informações comparadas com o período de referência.

Conforme destacado pelo Google, os dados de mobilidade precisam ser utilizados com cautela, pois diferentes fatores influenciam no indicador

construído. Mais precisamente, os dados são afetados pela qualidade das informações coletadas em cada local e por fatores específicos e sazonais. No primeiro, cita-se a ocorrência de eventos climáticos, feriados e outros fenômenos que afetam regiões específicas e estimulam as pessoas a saírem de casa. Por sua vez, nos fatores sazonais, menciona-se o verão, quando as pessoas tendem a frequentar mais locais como parques e praias.

Como os dados apresentam variação diária, eles precisam ser suavizados através do cálculo da média contínua para sete dias. Esse procedimento resulta em um indicador limpo, sem ruídos, capaz de evidenciar padrões de mudanças na mobilidade das pessoas ao longo do tempo.

Ao todo são disponibilizados cinco indicadores de mobilidade: Varejo e Recreação, Mercarias e Farmácias, Estações de Trânsito, Parques e Espaços ao Ar Livre e Espaços de Trabalho para melhor organização e clareza. Além desses, existe um sexto indicador que mostra a mudança na duração do tempo gasto em locais residenciais. Esse último indicador mede variações na duração do tempo em locais residenciais, não o número de visitantes. Conforme medido pelos demais indicadores, as pessoas costumam passar longos períodos em suas casas, não sendo factível medir variações no número de pessoas que ficam em casa. Assim sendo, a pandemia influencia no tempo que as pessoas passam em casa e não na decisão de ficar em casa.

No presente estudo, o indicador de mobilidade utilizado é a variação percentual no tempo de permanência em casa em relação ao período de referência. Como salientado anteriormente, este é mais factível, uma vez que informa se as pessoas passaram mais tempo em suas casas. Como esse indicador pode ser influenciado por fatores específicos, os dados diários foram agregados em uma média da variação no tempo que as pessoas passaram em casa nos meses de abril e maio de 2020 em comparação ao período-base, de 3 de janeiro a 6 de fevereiro de 2020. A escolha dos meses de abril e maio deve-se ao fato de que esse foi um período em que as medidas de redução da mobilidade foram adotadas com maior força, com abrandamento nos meses subsequentes.

Como ressaltado anteriormente, o artigo busca avaliar quais variáveis explicam o indicador de mobilidade. Para tanto, utilizar-se-á a metodologia de

Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)¹, para uma amostra de dados composta por 71 países. O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas, bem como a fonte dos dados e os sinais esperados para os parâmetros:

Quadro 1 – Variáveis utilizadas, discriminadas por sigla, fonte e ano, e sinal esperado dos parâmetros

Sigla	Variável	Fonte	Ano	Sinal Esperado*
MOB	Variação, em percentual, no tempo que as pessoas passam em locais de residência	Google	2020 e 2021	
Confiança				
$Conf_p$	Proporção de pessoas que pensam que "a maioria das pessoas é confiável"	OWD ¹	Anos diversos	?
$Conf_n$	Proporção de pessoas que confiam em seu governo nacional	OWD	2018	+
$Conf_a$	Proporção de pessoas que confiam em médicos e enfermeiras em seu país- por cento	OWD	2018	+
$Conf_{instS}$	Confiança nas instituições sociais	WGI	2019	+
$Conf_{instV}$	Estabilidade Política e Ausência de Violência	WGI ²	2019	+
Governança e Políticas Públicas				
Str	<i>Stringency Index</i>	OWD	2021	+
Reg	Qualidade regulatória	WGI	2019	+
Exp	Expectativa de vida ao nascer	Banco mundial	2019	+
Democracia e Liberdades				
ECO	Liberdade Econômica e de Negócios	Heritage	2020	-
DEM	Índice de Democracia	V-Dem	2020	?
IMP	Liberdade de imprensa	RSF ³	2020	+
DEL	Democracia deliberativa	V-Dem	2020	?
Elet	Integridade eleitoral	Norris ⁴	2019	?
Capacidade Fiscal e Indicador Econômico				
TAX	Carga tributária	Heritage	2020	+
PIB	Produto Interno Bruto	BancoMundial	2019	?

Fonte: elaboração própria, ¹Our World in Data (Ortiz-ospina; Roser; Arriagada, 2024) ²Worldwide Governance Indicators (Kaufmann; Kraay; Mastruzzi, 2011), ³Reporters without borders, ⁴Norris e Grömping (2019). * os sinais: ? expressa ambiguidade ou uma hipótese sem

¹ Conforme salientado por Gujarati (2011), a metodologia de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) produz os estimadores mais consistentes.

direção clara; + é a expectativa de relação positiva entre as variáveis; - é a expectativa de relação negativa entre a variável MOB e as demais variáveis explicativas.

As três primeiras variáveis, após o índice de mobilidade, medem a presença de capital social, extraídas da base de dados *Our World in Data/Oxford* e obtidas através do *Survey Wellcome Global Monitor*, realizado pela empresa Gallup. Essas variáveis são agrupadas em categorias. Assim, no agrupamento “confiança societária ou político-institucional”, tem-se:

Confiança interpessoal, $Conf_p$: identifica a proporção de pessoas que consideram que a maioria das pessoas é confiável. Essa variável mede o nível de identificação com o grupo. Valores mais elevados indicam uma percepção mais positiva dos outros membros do grupo, como mais honestos e cooperativos e, logo, mais confiáveis (Brewer; Silver, 1978). Subjacente a essa variável, tem-se a hipótese de que a presença de maior confiança resulta em maior interação entre as pessoas, o que, em um contexto de pandemia, não representa algo necessariamente bom, visto que a confiança em outras pessoas pode resultar em subestimação do risco de contágio. Ademais, uma maior confiança está associada a hábitos mais intensos de socialização, difíceis de serem abandonados em um cenário que exige o distanciamento social. Por outro lado, maior confiança pode ter o sentido de respeito e valorização da vida em comum e de cada pessoa individualmente, o que, nesse caso, pode favorecer o cumprimento de medidas de distanciamento. Portanto, o sinal esperado e a interpretação do comportamento dessa variável são ambíguos.

Confiança no Governo nacional, $Conf_n$: mensura o percentual de pessoas que confiam em seu governo nacional (Levi; Stoker, 2000). A hipótese testada é que a maior confiança no governo nacional resulta em maior adesão às políticas públicas, o que favorece a adoção de medidas de distanciamento social (Devine *et al.*, 2020; Jennings, 2020).

Confiança na equipe médica (estratégica), $Conf_a$: mostra a proporção de pessoas que confiam em médicos e enfermeiras (Hale *et al.*, 2021). Como hipótese, a maior confiança nos médicos e enfermeiros resultará em maior taxa de adesão às medidas de distanciamento social.

Confiança nas instituições sociais, $Conf_{insts}$: avalia como os agentes confiam e obedecem às regras da sociedade e do convívio social, com destaque

para a execução de contratos, direitos de propriedade e probabilidade de crime e violência. A hipótese testada é que a presença de uma população com maior senso de organização coletiva e cumprimento das regras se traduza em maior adesão às normas de distanciamento social (Bunyavejchewin; Sirichuanjun, 2021).

Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, $Conf_{instV}$: identifica as percepções da população sobre a probabilidade de ocorrência de instabilidade política e/ou violência política, inclusive terrorismo. Para essa variável, espera-se um sinal positivo, de modo que a presença de maior estabilidade política resulte em maior credibilidade do governo e dos *policy-makers*, traduzindo em maior adesão às medidas de distanciamento social. Conforme destacado por Chien e Lin (2020, p. 2), “*countries with lower scores of political stability and absence of violence were associated with higher inequality in the coverage of health interventions [...] governance is just as important as disease control measures*”. Vale dizer, a presença de estruturas de governança sólidas, derivadas de um cenário de estabilidade política, é tão importante quanto a própria adoção para o sucesso das políticas de saúde (Lin *et al.*, 2014; Ewerling *et al.*, 2021; Bunyavejchewin; Sirichuanjun, 2021; Lupu; Maha; Viorică, 2020).

Na categoria “governança e políticas públicas” são adicionadas duas variáveis: 1. Para capturar o efeito das políticas de restrição à mobilidade e; 2. Para abranger a política de saúde. Além de uma variável que verifica o impacto de fatores relacionados à governança pública:

Stringency Index, STR : esse indicador é obtido a partir de respostas dos governos à pandemia, como o fechamento de escolas e de locais de trabalho, o cancelamento de eventos públicos, o fechamento do transporte público, as recomendações para ficar em casa, as restrições ao movimento interno e a realização de campanhas de informação pública. O sinal esperado para essa variável é positivo, a adoção das medidas de enfrentamento à pandemia reforça a adesão às políticas de distanciamento social (Hale *et al.*, 2021).

Qualidade regulatória, Reg : mensura as percepções da população sobre a capacidade e o compromisso do governo em formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que possibilitem e promovam o desenvolvimento do setor privado. Espera-se que em países com elevada qualidade institucional a população e os governos respondam com maior prontidão à pandemia por meio de uma maior

adesão às medidas de distanciamento social (Aksoy; Ganslmeier; Poutvaara, 2020).

Expectativa de vida ao nascer, *Exp*: controla o efeito de fatores culturais relacionados à adoção de hábitos saudáveis e de boas práticas de saúde e, principalmente, de políticas de saúde que alcançam a população em suas várias fases de vida e com alguma independência em relação às classes sociais (políticas mais ou menos universais). O resultado esperado é positivo. Dessa maneira, a presença de hábitos culturais que se traduzem em maior saúde é um fator idiossincrático aos países e extensível ao distanciamento social. Destarte, países que possuem maiores taxas de expectativa de vida são países em que a população está mais inclinada a aderir a medidas de distanciamento social e nos quais os governos possuem mecanismos mais eficazes de governança e desenho de políticas de saúde pública (Platteau; Verardi, 2020).

São analisadas cinco variáveis na categoria “democracia e liberdades”, que inclui medidas da democracia e das liberdades civis e políticas, a saber:

Liberdade Econômica e de Negócios, *Eco*: mensura a presença de liberdade econômica e de negócios. Para esse indicador, espera-se um sinal negativo, conforme destacado por Geloso *et al.* (2021, p. 1), “*the institutions underlying economic freedom affect the mix of diseases by reducing diseases of poverty relative to diseases of commerce*”. É esperado também que, em ambiente de Liberdade Econômica, setores da economia façam pressão para que ela continue ou volte com rapidez em suas operações e interações. Nesse sentido, em países com relativamente baixo desenvolvimento econômico e reduzido sistema de políticas de proteção social, essa pressão pode ocorrer não apenas entre as camadas de lideranças empresariais, mas também entre os trabalhadores assalariados e precarizados. Assim sendo, a elevada necessidade de deslocamento de pessoas derivada da maior liberdade de comércio resulta em menor distanciamento social.

Liberdade de imprensa, *Imp*: é um indicador elaborado pela Repórteres Sem Fronteiras, que reflete a liberdade de atuação de jornalistas, organizações de notícias e internautas, além dos esforços dos governos para respeitar essa liberdade. A hipótese avaliada é que, em países com menor liberdade de imprensa, a população tem menos acesso à informação, o que resulta em menor adoção de medidas de distanciamento social.

Integridade eleitoral, Elet: obtida a partir da avaliação de especialistas sobre 11 dimensões que mensuram más práticas eleitorais (leis eleitorais; procedimentos eleitorais; limites distritais; registro eleitoral; registro do partido; cobertura da mídia; financiamento de campanha; processo de votação; contagem de votos; resultados; e autoridades eleitorais). Para essa variável, o resultado esperado é positivo, de modo que a presença de instituições eleitorais mais sólidas resulta em informações e políticas públicas de melhor qualidade, relacionadas à pandemia, traduzindo-se em maior distanciamento social (HERREN *et al.*, 2020).

Índice de democracia, Dem: compilado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU), mensura o estado da democracia, sendo construído a partir de 60 perguntas, divididas em cinco categorias (processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política) respondidas, em sua grande maioria, por especialistas políticos. O resultado esperado para essa variável é dúbio, pois os países mais democráticos possuem governos que gastam mais com a saúde e nos quais a população exhibe maior preocupação com cuidados pessoais, mas são países em que as pessoas viajam mais, o que pode resultar em menor distanciamento social (Zimmermann *et al.*, 2020; Karabulut *et al.*, 2021). Contudo, governos democráticos poderiam ter menor capacidade de impor medidas restritivas à liberdade de ir e vir (direitos liberais) comparados aos governos autoritários. Ademais, países não democráticos adotaram mais medidas de redução na mobilidade, mas são menos propensos a disponibilizar dados de mobilidade e informações à população (Herren *et al.*, 2020).

Democracia deliberativa, DEL: utiliza um conjunto de dados multidimensionais desagregados para coletar informações que mensuram a presença de democracias deliberativas. O resultado esperado é que o maior engajamento da população resulta em maior materialização de instrumentos públicos de enfrentamento da pandemia, de modo que a maior participação cívica favorece a adoção de medidas de distanciamento social e de enfrentamento da pandemia (Yamin; Habibi, 2020). Não obstante, o reconhecimento de que lideranças tecnocráticas mais fortes e governos autoritários conseguem lidar melhor com crises (Amat *et al.*, 2020; Murray *et al.*, 2013) pode levar à redução da mobilidade.

Por fim, adiciona-se uma variável de controle para características da capacidade fiscal do país (carga tributária), e outra para avaliar a capacidade econômica (Produto Interno Bruto). De maneira mais precisa:

Carga tributária, TAX: o indicador é utilizado para medir a capacidade fiscal do governo na economia. Assim, espera-se que países que tenham maior arrecadação tributária possuam maior capacidade de implementar políticas públicas. Dessa forma, o sinal esperado para variável é positivo (HERREN *et al.*, 2020).

Produto Interno Bruto, PIB: mensurado em termos de paridade de poder de compra, a dólares constantes de 2017, identifica o efeito da renda per capita sobre a adoção de medidas de distanciamento social. Para essa variável, avalia-se que uma das possibilidades é uma relação negativa com o indicador de distanciamento social. Assim, em países com maior renda, as pessoas precisam se deslocar mais a negócios, o que resulta em menores taxas de isolamento social. Outro possível resultado a se esperar é que em países cujo maior desempenho econômico está associado às políticas de bem-estar social haveria maior chance de manter a baixa mobilidade por períodos relativamente maiores do que em localidades em que esses condicionantes são comparativamente frágeis ou ausentes (Herren *et al.*, 2020; Geloso; Hyde; Murtazashvili, 2021).

Portanto, o seguinte modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários é estimado para identificar os determinantes do índice de mobilidade:

$$MOB_i = \beta_0 + \beta_1 Conf_p + \beta_2 Conf_n + \beta_3 Conf_d + \beta_4 Str + \beta_5 Reg + \beta_6 Exp + \sum_{j=1}^k \beta_{6+j} C_j + \epsilon, \quad (1)$$

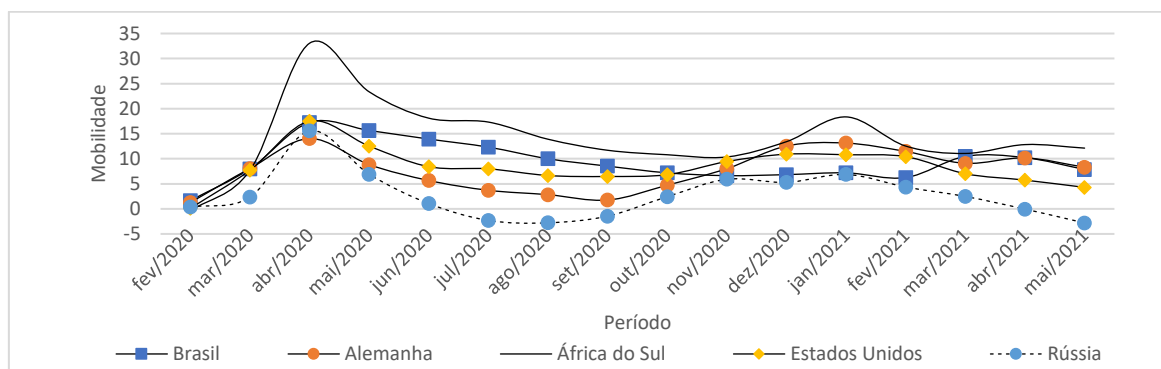
em que $\beta_1, \dots, \beta_{6+j}$ são os parâmetros a serem estimados; C_j é um vetor de variáveis de controle para as variáveis de Democracia e Liberdades e de Capacidade Fiscal e Econômica e ϵ o termo de erro.

4. Resultados e discussão

4.1 Estatísticas descritivas

A Figura 1 mostra que o Brasil, em 2021, teve uma segunda onda pandêmica, que resultou em leve avanço no indicador de distanciamento social, para 11,768 em janeiro de 2021, com retração nos meses subsequentes caindo para 7,452 em março de 2021 e subindo para 7,879 em maio de 2021. A análise dos dados de mobilidade para os Estados Unidos, Alemanha e três países em desenvolvimento representativos de cada continente (Brasil, Rússia e África do Sul) indica que a África do Sul é o país que teve maior redução nos índices de mobilidade frente à pandemia, com o pico de 33,067 em abril de 2020. Os Estados Unidos e o Brasil se encontram na sequência, com picos de 17,511 e 17,267, em abril de 2020. Rússia e Alemanha são os que exibem menor retração na mobilidade, 15,567 e 14,033, respectivamente, no referido período. Na segunda onda da pandemia, em janeiro de 2021, a Alemanha e os Estados Unidos exibem maiores taxas de isolamento social, 13,129 e 10,804, respectivamente, atrás apenas da África do Sul, 18,355. Para o Brasil, observa-se retração na mobilidade apenas nos meses de março e abril, 10,484 e 10,233, ao passo que a Rússia se manteve na última posição ao longo de toda a série.

Figura 1 – Evolução no nível de mobilidade social entre fevereiro de 2020 e maio de 2021

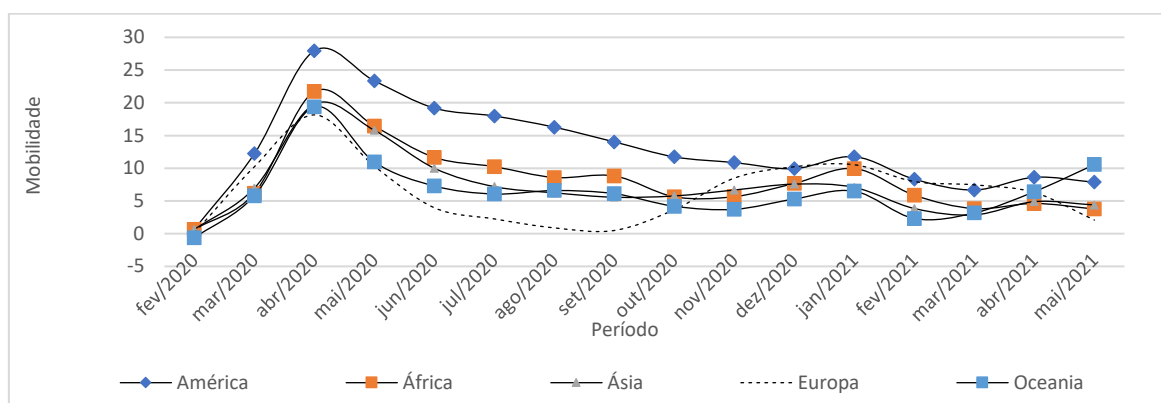


Fonte: adaptado do Google (2022).

A Figura 2 apresenta a evolução dos dados de mobilidade discriminados por continente. Dessa forma, o continente com maior taxa de adesão às medidas de distanciamento social foi a América, cujo indicador atingiu o pico de 27,958 em abril de 2020 e recuou lentamente para 10,221, em dezembro de 2020. Os demais

continentes observam comportamento similar ao ocorrido no continente americano. Na África, o índice de isolamento social atingiu o maior valor em abril de 2020, 21,720, seguido pela Ásia, 19,794; Oceania, 19,388, e Europa, 18,150. No segundo pico de isolamento social, em janeiro de 2021, a América se destaca dos demais continentes novamente, 11,768, sendo seguida pela Europa, 10,221; África, 7,673; Ásia, 7,573; e Oceania, 5,298.

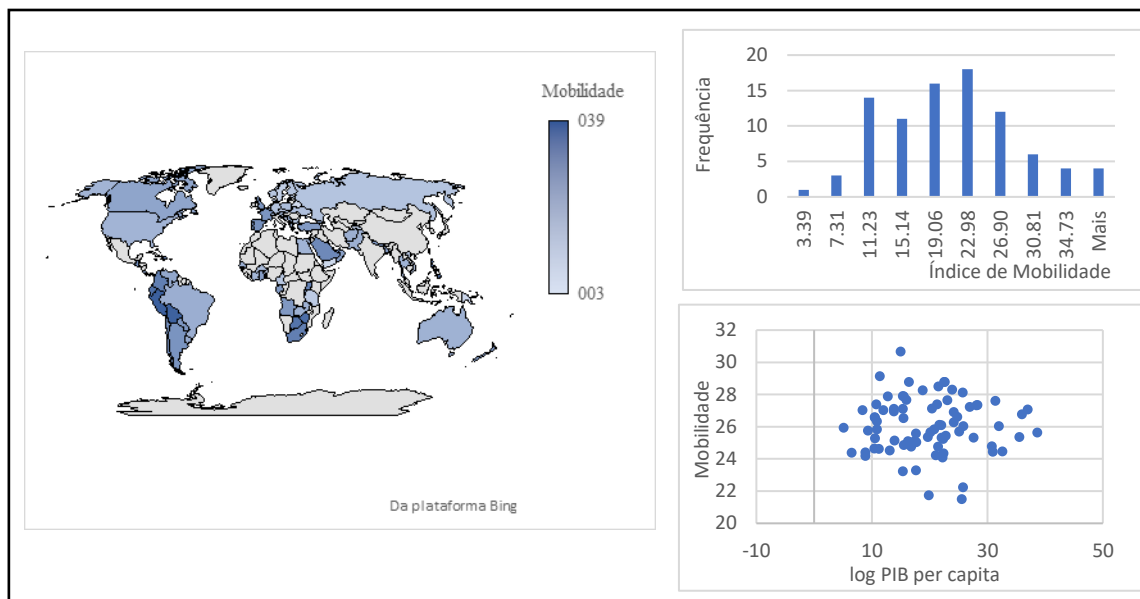
Figura 2 – Evolução no nível de mobilidade social por continente



Fonte: adaptado do Google (2022).

A Figura 3 apresenta a análise do índice de mobilidade para os meses de abril e maio de 2020, focando na correlação entre os índices de mobilidade e o nível de renda dos países, que é de 0,018. Os países com redução mais significativa nos índices de mobilidade foram Panamá, 38,648; Singapura, 36,984; Peru, 36,000; Bolívia, 35,541, e Zimbábue, 32,623. Os países com maior nível de renda per capita exibem indicadores de redução de mobilidade inferiores aos países com menor renda. Entre os países monitorados pelo índice de mobilidade, a França, por exemplo, aparece na 28ª posição, com índice médio de mobilidade em abril e maio de 2020 de 22,672; Reino Unido, 25ª posição, 22,525; Estados Unidos na 62ª posição, 14,978; e Alemanha na 71ª posição, com 11,393.

Figura 3 – Média do índice de mobilidade para os meses de abril e maio de 2020



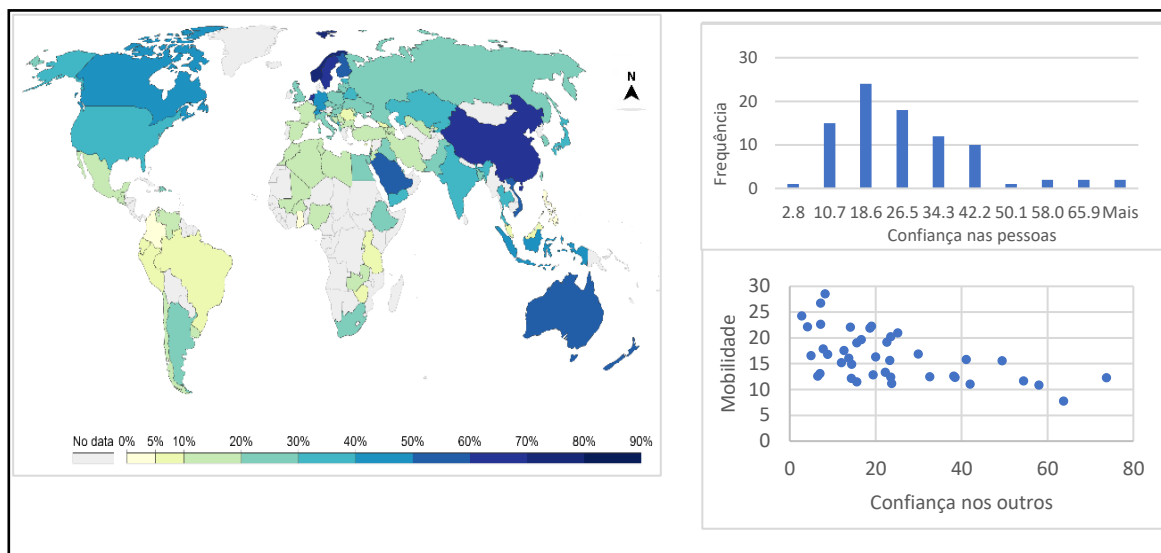
Fonte: elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Google (2022) e pelo Banco Mundial (2024).

A análise do histograma revela dispersão elevada dos dados de mobilidade em torno da média de 19,167, com destaque para a formação de um agrupamento de 14 países com índice médio de mobilidade de 11,228. Observa-se elevada variação nas respostas em termos de adoção de medidas de distanciamento social frente à pandemia. Não se verifica a concentração dos países em torno da média, o que resulta em uma distribuição com elevado desvio padrão e assimétrica à esquerda.

Entre os países com maior confiança em outras pessoas, na Figura 4 destacam-se os países europeus: Noruega, 73,73; Países Baixos, 66,18; Suécia, 63,76; Finlândia, 57,99; Suíça, 49,43, e Alemanha, 42,03. Nova Zelândia, 56,23, Austrália, 54,43; China, 62,69%, e Canadá, 41,11%. Assim, os países do norte da Europa são os que exibem maior confiança em outras pessoas. Em contrapartida, os países da África e da América Latina são os que possuem menores níveis de confiança. No Brasil, a título de exemplificação, apenas 6,52% das pessoas afirmam confiar em outras pessoas, sendo a Argentina, com 22,64%, o país em melhor posição relativa, ao passo que na Colômbia apenas 4,13% das pessoas confiam em terceiros. Na África, os países com maiores níveis de confiança são

África do Sul, 23,51; Etiópia, 22,53%, e Egito, 20,55%, ao passo que Gana, 4,96%, e Zimbábue, 7,2%, são os que possuem menor confiança em terceiros.

Figura 4 – Proporção de pessoas que afirmam confiar em outras pessoas (%)



Fonte: adaptado de Ortiz-ospina; Rosser; Arriagada (2024) e Google (2022).

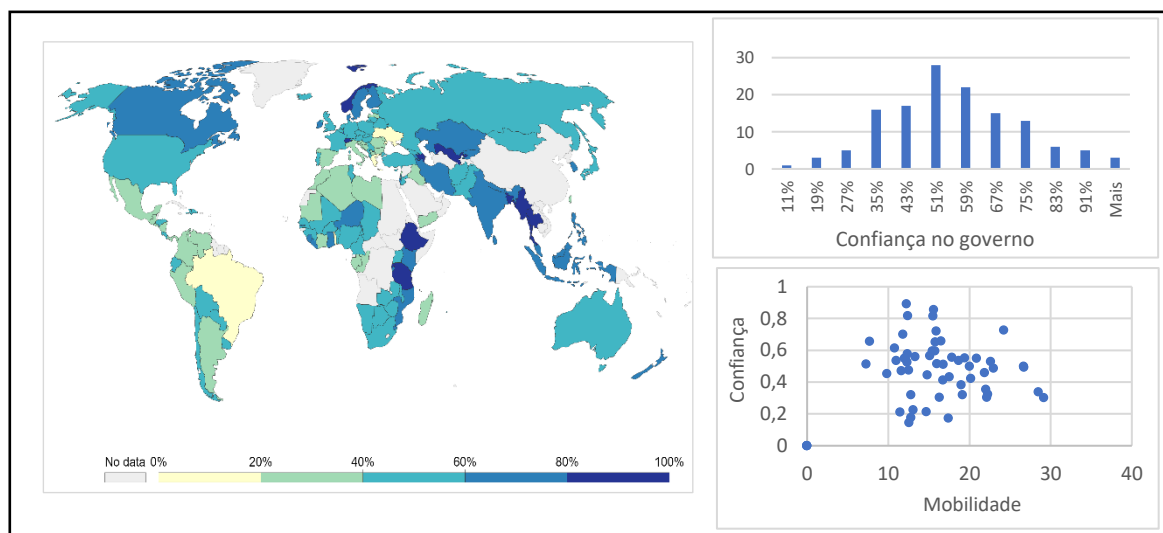
A análise do histograma mostra que a distribuição de probabilidade da confiança em outras pessoas não se aproxima de uma distribuição normal. A mediana, 19,98%, é inferior à média, 23,53%, e tanto a assimetria, 1,236, quanto a curtose, 1,462, são positivas. Além disso, observa-se uma elevada proporção relativa de países nos quais a população exibe baixa confiança em outras pessoas. Com efeito, o bloco com frequência de 18,6 é o que exibe o maior número de países, 24, seguido pelos blocos com frequências de 26,5 e 10,7, com 18 e 15 países, respectivamente. Como resultado, a distribuição exibe cauda inferior, com muitas observações, apesar de alguns poucos países exibirem elevados níveis de confiança, o que também resulta em cauda longa à direita. Em suma, a presença de elevada confiança representa uma exceção à regra, uma “anomalia na distribuição”, presente em poucos países, oito para ser mais preciso (Noruega, Países Baixos, Suécia, China, Finlândia, Nova Zelândia, Austrália, Suíça), que conseguem fugir da média.

O gráfico de dispersão aponta para uma associação negativa e elevada entre o nível de confiança em outras pessoas e o índice de mobilidade, sendo a correlação

de -0,560. Dessa forma, os dados sugerem que os países que possuem maior capital social são os que menos aderem a medidas de distanciamento social, de modo que a confiança nas outras pessoas provavelmente resulta em subestimação do risco de contágio.

As informações consolidadas na Figura 5 mostram que em 11 dos 134 países, mais de 80% da população confia em seu governo; em 29 países esse índice é entre 60% e 80% da população; por sua vez, em 57 países, a proporção da população que confia nos governantes locais é entre 40% e 60%; na sequência, em 33 países, entre 20% e 40% da população tem confiança nos governos; e, por fim, em 4 países, menos de 20% da população confia em seus governantes.

Figura 5 – Proporção de pessoas que confiam em seu governo nacional (%)



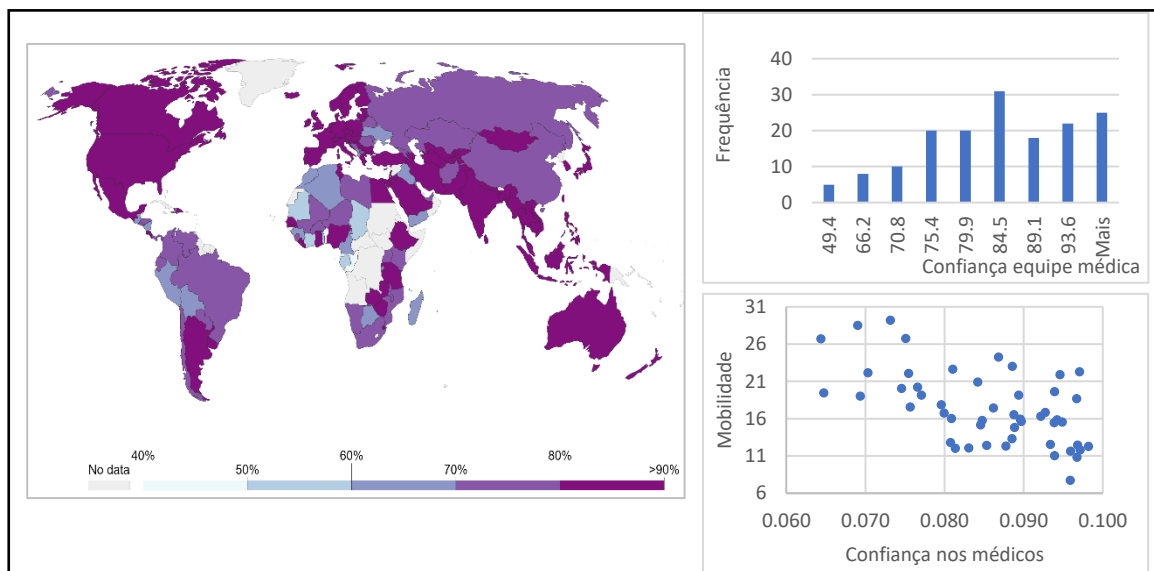
Fonte: adaptado de Ortiz-ospina; Rosser; Arriagada (2024) e Google (2022).

Em termos de confiança no governo local, destacam-se cinco países asiáticos (Uzbequistão, 99,22%; Myanmar, 88,30%; Azerbaijão, 88,28%; Bangladesh, 85,60% e Tailândia, 81,60%), três países africanos (Ruanda, 95,90%; Etiópia, 92,34%, e Tanzânia, 87,62%) e três países europeus (Noruega, 89,09%; Suíça, 81,47%, e Luxemburgo, 80,01%). Com efeito, os países da Europa (exceto o Leste da Europa), da Ásia e da América do Norte (exceto México) são os que mais confiam nos seus governos, sendo o mesmo válido para os países do sul e do leste da África. Em contrapartida, a população da América Latina e do Leste Europeu se encontra entre as que menos confiam no seu governo.

O histograma mostra que a distribuição da percepção de confiança da população em seus governos segue uma distribuição que se aproxima da normal, com a concentração da confiança no governo em torno de 50%. O gráfico de dispersão indica associação fraca entre a adoção de medidas de redução na mobilidade e o nível de confiança nos governos nacionais, correlação de 0,173.

Os países nos quais a maior proporção da população confia nos médicos e enfermeiros, Figura 6, encontram-se predominantemente na Europa, na América do Norte, no Sul asiático e na Oceania. Com efeito, os países europeus são os que exibem maior confiança nos médicos e enfermeiros, com destaque para Noruega, 98,20; Dinamarca, 97,15; Espanha, 97,09; Finlândia, 96,76; Bélgica, 96,73; Islândia, 96,55; Suécia, 95,92, e Suíça, 94,92. Dois países da Oceania, Austrália, 95,97, e Nova Zelândia, 95,22, e um país do Leste asiático, Tailândia, 96,85, também se destacam no mapa. Os países em que as pessoas possuem menor confiança nos seus médicos e enfermeiros encontram-se na América Latina e a África. No Brasil, 72,63% da população confia nos médicos e enfermeiros.

Figura 6 – Proporção de pessoas que confiam em médicos e enfermeiras em seu país (%)



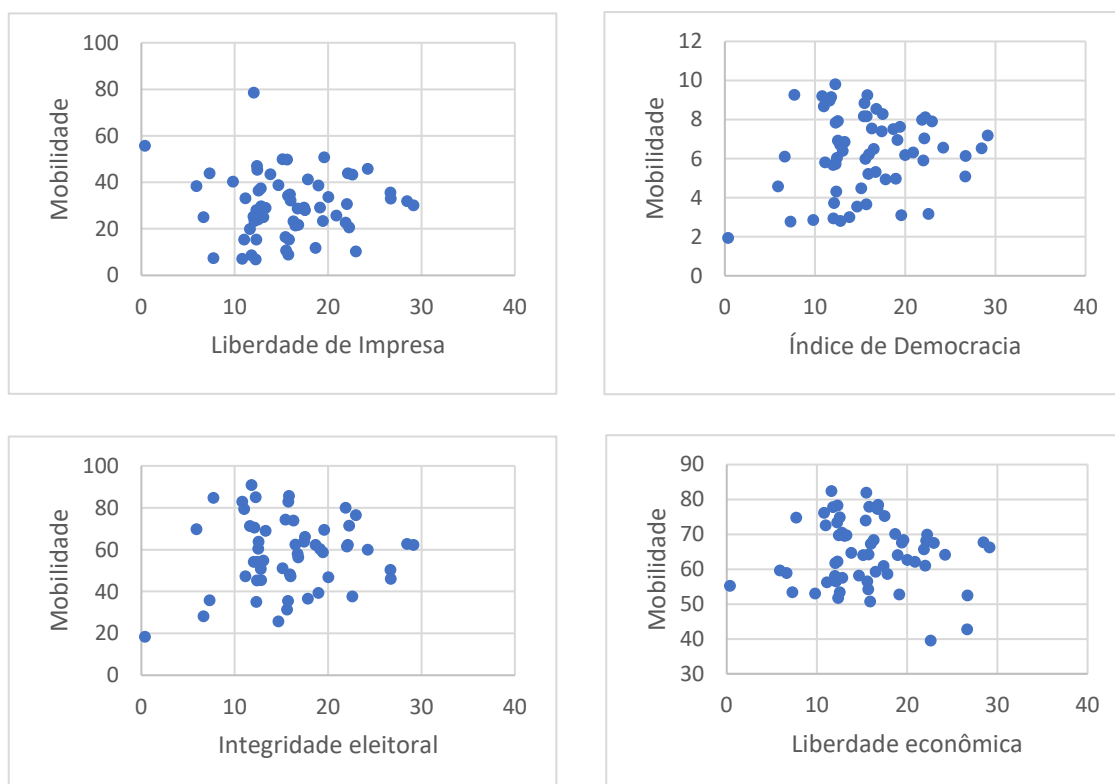
Fonte: adaptado de Ortiz-ospina; Rosser; Arriagada (2024) e Google (2022).

A Figura 7 mostra que a maioria dos países apresenta elevado grau de confiança nos médicos e enfermeiros, com média de 80,97% e mediana de 82%, com a cauda da direita apresentando maior número de observações. O gráfico de

dispersão indica uma associação negativa entre o nível de confiança e a adesão às medidas de mobilidade social, $-0,353$.

O gráfico de dispersão, Figura 7, evidencia uma baixa associação entre o indicador de mobilidade e os indicadores de Liberdade Econômica e Democracia. Precisamente, o logaritmo do indicador de percepção de Integridade eleitoral é a variável que exibe maior correlação com o indicador de mobilidade, $0,40$; seguido pelo logaritmo do Índice de Democracia, $0,38$. Por outro lado, os indicadores de Liberdade Econômica e Liberdade de Imprensa exibem baixa correlação, $0,043$ e $-0,06$, respectivamente.

Figura 7 – Associação das variáveis de liberdade econômica com a adoção de medidas de distanciamento social

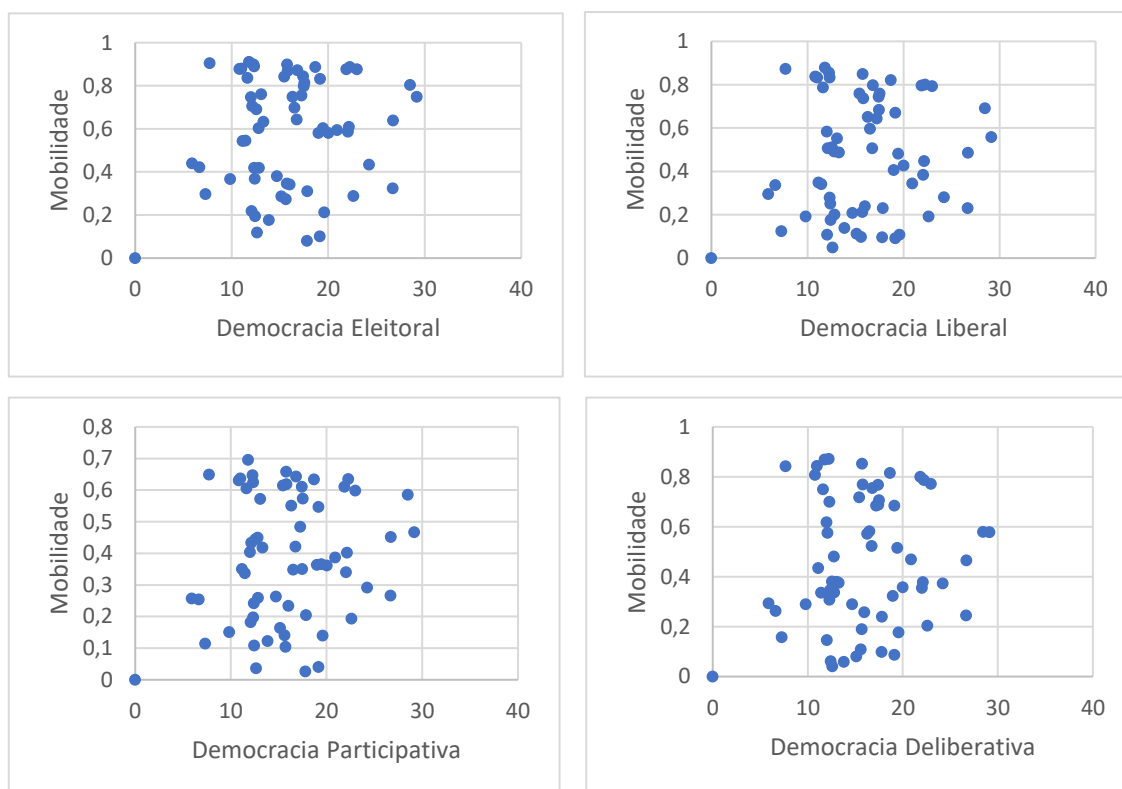


Fonte: elaboração própria.

Em contrapartida, na Figura 8, não se verifica correlação elevada entre os indicadores de princípio de democracia e o indicador de mobilidade. O indicador que exibe maior correlação com esse indicador é o de Democracia Participativa, $0,097$; na sequência encontram-se Democracia Eleitoral, $0,081$; Democracia Deliberativa, $0,062$, e Democracia Liberal, $0,058$. Assim, a grande maioria das

variáveis políticas analisadas não apresenta correlação elevada com a adoção de medidas de distanciamento social. A Integridade Eleitoral e o Índice de Democracia são as únicas exceções.

Figura 8 – Associação das variáveis de liberdade econômica com a adoção de medidas de distanciamento social (variáveis em logaritmo)



Fonte: elaboração própria.

Os resultados compilados nas Figuras de 3 a 8 evidenciam a presença de relação linear apenas entre mobilidade e confiança nos outros e mobilidade e confiança nos médicos. As demais variáveis não exibem uma associação clara e elevada com o indicador de mobilidade.

A Tabela 1 apresenta a correlação do índice de mobilidade com as variáveis em análise. Apenas uma variável exibe correlação superior a 0,10, a Expectativa de vida ao nascer (*Exp*), 0,198. Entre as variáveis com correlação negativa, destacam-se a confiança em outras pessoas (*Conf_p*), -0,588, e a eficácia do sistema judiciário (*Jud*), -0,230. Uma possível explicação para esses resultados é que uma maior confiança nas outras pessoas e a presença de um sistema judiciário mais eficaz estão negativamente associadas com a permanência mais tempo dentro de

casa. No entanto, a *Stringency Index* (Str) também exibe correlação negativa, -0,116, sinalizando que a adoção de medidas de enfrentamento à pandemia resulta em menor mobilidade.

Tabela 1 – Correlação com o índice de mobilidade, variáveis e grupos de países selecionados

Variável	Variável	Correlação	Variável
$Conf_p$	-0,588	ECO	-0,036
Jud	-0,230	Pol	-0,026
Str	-0,116	Reg	0,001
Int	-0,109	PIB	0,011
$Conf_d$	-0,094	Est	0,090
$Conf_n$	-0,063	Exp	0,198
$Conf_n$	-0,071		

Fonte: elaboração própria.

4.2 Resultados para as regressões estimadas com as variáveis políticas

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos para a regressão estimada para os 71 países que compõem a amostra de dados. O modelo estimado exibe coeficiente de determinação (R^2) superior a 0,8. Assim, pode-se afirmar que, para o nível de confiança de 95%, as variáveis utilizadas no estudo explicam a variação no índice de mobilidade entre os países. Por sua vez, o teste de *Breusch–Pagan* mostrou que o modelo estimado é homocedástico.

Tabela 2 – Coeficientes estimados para as regressões com a inclusão de todas as variáveis relevantes

Variável	Coefficiente	Erro Padrão
$Conf_p$	-28,66*	3,831
$Conf_n$	16,52*	2,705
Est	3,092*	0,816
Reg	-7,020*	1,077
Str	0,089*	0,034
<i>Deliberativa</i>	15,81*	3,089
Tax	-0,145*	0,045
Exp	0,423*	0,116
<i>Constante</i>	-17,37	10,87
R^2	0,840	
n	71	
Breusch-Pagan	0,36	0,5502

Fonte: elaboração própria, #Breusch-Pagan, *significativo ao nível de confiança de 95%. Em face do número de observações, os modelos são estimados com parcimônia, sendo descartadas todas as variáveis que não apresentam significância estatística ao nível de confiança de 90%.

No que diz respeito aos resultados obtidos para os coeficientes, a variável confiança em outras pessoas ($Conf_p$) apresenta correlação negativa com o índice de mobilidade. Esse resultado sugere que a maior confiança em outras pessoas leva a uma menor adesão às práticas de distanciamento social. Dessa maneira, a presença de maior capital social pode resultar em subestimação do risco de contágio ao corresponder em menor adoção de medidas de distanciamento social.

A variável $Conf_n$ apresenta correlação positiva com o índice de mobilidade. A confiança no governo nacional resulta em maior adoção de medidas de distanciamento social frente à pandemia. Esse resultado corrobora o argumento de que a confiança no governo resulta em melhor resposta da população às políticas de distanciamento adotadas pelo governo, o que se traduz em retração na mobilidade em face à ocorrência da pandemia (Van Bavel *et al.*, 2020; Jennings, 2020; Davine *et al.*, 2020).

A variável Estabilidade política e ausência de violência (Est) é significativa e exibe sinal positivo com o índice de mobilidade. Esse resultado sugere que a percepção da população de menor probabilidade de ocorrência de instabilidade política e/ou violência política, inclusive terrorismo, estimula a adoção de medidas

de redução da mobilidade. Em contrapartida, a presença de maior instabilidade política resulta em maior mobilidade urbana. Assim, o reconhecimento por parte da população de que o governo possui capacidade para realizar políticas públicas resulta em maior adesão às regras de restrição social em países que possuem menor renda, o que, em um cenário de pandemia, se traduz em redução nas taxas de mobilidade (Lin *et al.*, 2014; Ewerling *et al.*, 2021; Bunyavejchewin; Sirichuanjun, 2021; Lupu; Maha; Viorică, 2020).

A Qualidade regulatória, *Reg*, é negativamente correlacionada com o índice de mobilidade. Esse resultado aponta que a maior percepção acerca da capacidade do governo em formular e implementar políticas e regulamentos sólidos se encontra negativamente associada à redução na mobilidade, o que contraria a literatura. Contudo, o reconhecimento sobre a capacidade do governo em realizar políticas públicas influencia negativamente na adoção de políticas de mobilidade. Uma possibilidade é que a adoção da política de forma muito brusca e intensa tenha minado a crença na eficácia do governo, o que explica o efeito negativo (Aksoy; Ganslmeier; Poutvaara, 2020).

A variável *Stringency index*, *Str*, que mede a adoção de medidas públicas de enfrentamento à pandemia, exibe sinal positivo com o índice de mobilidade. Dessa maneira, a adoção de políticas públicas aumenta a taxa de mobilidade da população. Esse resultado sinaliza a importância das políticas de conscientização da população e de adoção de medidas protetivas. Assim, essas ações se traduzem em maior mobilidade, o que contribui para a menor disseminação da pandemia (Hale *et al.*, 2021).

Entre as variáveis políticas adicionadas ao modelo, apenas a variável que identifica a presença de uma democracia deliberativa se mostrou significativa. Esse resultado corrobora o argumento de que a maior participação cívica favorece o desenvolvimento de instrumentos de governança de políticas públicas, sendo os governos com indicadores mais elevados de democracia deliberativa os mais preparados para a adoção de medidas de distanciamento social e de enfrentamento da pandemia. Uma vez que essas políticas demandam a institucionalização de todo um conjunto de instrumentos de interação, acompanhamento, coordenação e avaliação, países com sistemas mais autoritários de governo adotaram políticas em resposta ao avanço da pandemia, mas possuem dificuldade em realizar o ajuste

fino, visto que o sucesso da política depende da participação da população (Yamin; Habibi, 2020; Parry; Asenbaum; Ercan, 2020).

A presença de uma maior Carga tributária, *Tax*, está associada a menores taxas de retração na mobilidade urbana. Assim, a cobrança de montantes mais elevados de tributos é observada justamente nos países em que a população menos adota medidas de distanciamento social. Esse resultado pode indicar que a população desses países possui menor confiança no Estado, o que resulta em não adesão às medidas de distanciamento social devido à presença de governos extrativos – *rent-seeking* (Chamlee-Wright; Storr, 2011).

A maior liberdade de negócios, *Neg*, apresenta sinal positivo e mostra que a presença de um ambiente de negócios mais livre se encontra positivamente relacionada com a adoção de medidas de redução na mobilidade urbana. Nesse sentido, as sociedades que exibem menor regulamentação governamental e maior liberdade de livre-iniciativa são as que reduziram de forma mais massiva sua mobilidade em face à expansão da pandemia. Esse resultado contraria a literatura, para a qual a maior liberdade de negócios ao estimular o deslocamento de pessoas resulta em menor distanciamento social (Herren *et al.*, 2020; Geloso; Hyde; Murtazashvili, 2021). Uma possibilidade é que o avanço das novas tecnologias de comunicação tenha reduzido a necessidade de deslocamento ao trabalho para a participação de reuniões e para a realização de transações, invertendo a relação entre as variáveis (Giovanini; Almeida, 2021).

Por fim, o coeficiente estimado para a expectativa de vida ao nascer apresenta relação positiva com o índice de mobilidade. Esse resultado sugere que a população dos países com fatores de ordem culturais favoráveis à adoção de melhores hábitos de saúde foram os que mais adotaram medidas de redução na sua mobilidade. Conforme demonstrado pela literatura, os países que possuem maiores taxas de expectativa de vida possuem tradição na adoção de políticas de saúde pública. Como resultado, os governos possuem experiência e mecanismos mais adequados de governança dessas políticas (Platteau; Verardi, 2020).

Esses resultados reforçam a importância das capacidades estatais, historicamente desenvolvidas em ambientes democráticos e deliberativos, para o sucesso das políticas de enfrentamento da pandemia. Os países que tentaram adotar políticas sem possuir essas capacidades observaram elevada dificuldade em coordenar e ajustar as medidas adotadas em resposta às mudanças contextuais

(Seekings; Natrass, 2020). A dificuldade do governo em dialogar com a população e em responder de forma adequada à evolução da pandemia compromete o sucesso dessas políticas, visto que reduz a adesão da população e se manifesta em menor adoção de medidas de distanciamento social. Vale dizer, o aparelhamento histórico do Estado para a elaboração de políticas públicas e a adesão da população às regras de distanciamento sociais são variáveis cuja conexão com o sucesso no enfrentamento da pandemia é reforçada pelos laços típicos de governos deliberativos derivados de capacidades prévias construídas.

5. Considerações finais

Diante da pandemia da Covid-19, juntamente com a vacina, a mobilidade das pessoas para evitar o contágio foi fundamental para reduzir os números de casos da doença. Nesse contexto, buscou-se avaliar os determinantes da mobilidade durante o período pandêmico. Para tanto, utilizou-se um levantamento de variáveis políticas, sociais e econômicas para uma amostra composta por dados de 71 países.

As estatísticas descritivas mostraram que o continente que teve maior adesão às medidas de distanciamento social foi o americano. Quando essa mesma análise é desagregada em nível de país, a África do Sul foi o que teve menor indicador de mobilidade. Para a variável confiança em outras pessoas, observou-se que, em sua maioria, os países do norte da Europa são os que apresentaram os maiores valores. No que diz respeito à variável confiança em governos locais, verificou-se que os governos do leste europeu e dos países asiáticos são os que apresentaram os melhores números. Aqui cabe destacar que a maioria dos países citados é conhecida por apresentar “democracia fraca” e “imprensa controlada”, o que certamente influenciou os resultados obtidos. Os países cujas populações mais confiam em seus médicos e enfermeiros estão localizados na Europa, na América do Norte, no Sul asiático e na Oceania. Ademais, observou-se uma alta correlação entre as políticas de restrição à mobilidade e a decisão do indivíduo em ficar mais tempo em casa, e também uma alta correlação entre as variáveis políticas e o indicador de mobilidade.

A análise econométrica apontou que o indicador de mobilidade pode ser explicado pelas seguintes variáveis: confiança nas pessoas; confiança no governo local; Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo; Qualidade

regulatória; Stringency Index; Democracia deliberativa; Carga tributária; Liberdade de negócios; e Expectativa de vida ao nascer, que explicam o Índice de mobilidade. Em suma, esses resultados sinalizaram que variáveis de governança pública, bem como variáveis políticas e econômicas são importantes. Portanto, o controle da pandemia, via mobilidade social, deve considerar variáveis políticas e econômicas.

Diante do contexto de polarização da discussão de medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, o presente estudo mostrou que para a correta adoção de políticas públicas diferentes variáveis, sejam elas políticas ou econômicas, deve ser considerada e que não existe uma sobreposição de qual variável é mais importante. Ficam como sugestões para trabalhos futuros: adicionar mais variáveis econômicas, incluir setores econômicos e realizar uma análise em nível de país para capturar as singularidades de cada contexto nacional.

Referências

ALMEIDA, H. J. F.; GIOVANINI, A. Isolamento Social do COVID-19 e suas Influências para Consumidores, Restaurantes e Aplicativos: Uma análise com Modelos Baseados em Agentes. *XXIII Encontro de Economia da Região SUL, ANPEC SUL*, 2020.

AKSOY, C. G.; GANSLMEIER, M.; POUTVAARA, P. Public attention and policy responses to COVID-19 pandemic. *MedRxiv*, 2020.

AMAT, F. et al. Pandemics meet democracy. Experimental evidence from the COVID-19 crisis in Spain. *SocArXiv papers*, v. 6, p. 1-31, 2020.

ARTHI, V.; PARMAN, J. Disease, downturns, and wellbeing: Economic history and the long-run impacts of COVID-19. *Explorations in Economic History*, v. 79, p. 101381. 2021.

AQUINO, E. M. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446. 2020.

BANCO MUNDIAL. GDP per capita, PPP (constant 2021 international \$). International Comparison Program, *World Development Indicators*, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.KD?locations=BR>. Acesso em: 20 out. 2025.

BERGGREN, N.; JORDAHL, H. Free to trust: Economic freedom and social capital. *Kyklos*, v. 59, n. 2, p. 141-169. 2006.

BOURDIEU, P. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education: 241–258. *The forms of capital*, v. 241, p. 258, 1986.

BREWER, M. B.; SILVER, M. Ingroup bias as a function of task characteristics. *European Journal of Social Psychology*. v. 8, n. 3, p. 393-400. 1978.

BUNYAVEJCHEWIN, P.; SIRICHUANJUN, K. How regime type and governance quality affect policy responses to COVID-19: A preliminary analysis. *Heliyon*, v. 7, n. 2. 2021.

CHAMLEE-WRIGHT, E. L.; STORR, V. H. Social capital, rent seeking and community-based interest groups. *Rent Seeking and Community-Based Interest Groups*. 2011.

CHIEN, L. C; LIN, R. T. COVID-19 outbreak, mitigation, and governance in high prevalent countries. *Annals of global health*, v. 86, n. 1. 2020.

COLEMAN, J. S. Foundations of social theory. Harvard university Press, 1994.

CHRISTENSEN, T.; LAEGREID, P. Trust in government: The relative importance of service satisfaction, political factors, and demography. *Public Performance and Management Review*, v. 28, n. 4, p. 487–511. 2005.

CHRISTENSEN, T.; LAEGREID, P. Balancing governance capacity and legitimacy: how the Norwegian government handled the COVID-19 crisis as a high performer. *Public Administration Review*, v. 80, n. 5, p. 774-779, 2020.

DEVINE, D. *et al.* Trust and the coronavirus pandemic: What are the consequences of and for trust? An early review of the literature. *Political Studies Review*, v. 19, n. 2, p. 274-285, 2021.

DRYHURST, S. *et al.* Risk perceptions of COVID-19 around the world. *Journal of Risk Research*, v. 23, n. 7-8, p. 994-1006, 2020.

EWERLING, F. *et al.* Is women's empowerment associated with coverage of RMNCH interventions in low-and middle-income countries? An analysis using a survey-based empowerment indicator, the SWPER. *Journal of Global Health*, v. 11. 2021.

FUKUYAMA, F. Social Capital and Development: The Coming Agenda. *SAIS review*, v. 22, n. 1, p. 23-37, 2002.

GELOSO, V.; HYDE, K.; MURTAZASHVILI, I. Pandemics, economic freedom, and institutional trade-offs. *European Journal of Law and Economics*, v. 54, n. 1, p. 37-61, 2022

GOOGLE. COVID-19 Community Mobility Reports. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/covid19/mobility/>. Acesso em: 20 out. 2025.

HALE, T. *et al.* A global panel database of pandemic policies (Oxford COVID-19 Government Response Tracker). *Nature Human Behaviour*, v. 5, n. 4, p. 529-538. 2021.

HAN, Q.; ZHENG, B.; CRISTEA, M. Trust in government regarding COVID-19 and its associations with preventive health behaviour and prosocial behaviour during the pandemic: a cross-sectional and longitudinal study. *Psychological medicine*, v. 53, n. 1, p. 149-159, 2023.

HARRING, N.; JAGERS, S. C.; LÖFGREN, A. COVID-19: Large-scale collective action, government intervention, and the importance of trust. *World development*, v. 138, p. 105236, 2021.

HERREN, C. M. *et al.* Democracy and mobility: A preliminary analysis of global adherence to non-pharmaceutical interventions for COVID-19. *Social Science Research Network*, p. 3570206, 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). COVID-19 and the world of work. Updated estimates and analysis. 2020.

JENNINGS, W. COVID-19 and the ‘Rally-Round-the Flag’ Effect. UK in a Changing Europe. 2020. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/covid-19-and-the-rally-round-the-flag-effect/>, acesso em 20, out. 2025.

KARABULUT, G. *et al.* Democracy and COVID-19 outcomes. *Economics letters*, v. 203, p. 109840. 2021.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues¹. *Hague journal on the rule of law*, v. 3, n. 2, p. 220-246, 2011.

LALOT, F. *et al.* The dangers of distrustful complacency: Low concern and low political trust combine to undermine compliance with governmental restrictions in

the emerging COVID-19 pandemic. *Group Processes & Intergroup Relations*, v. 25, n. 1, p. 106-121, 2022.

LEVI, M.; STOKER, L. Political trust and trustworthiness. *Annual review of political science*, v. 3, n. 1, p. 475-507, 2000.

LIN R. T.; CHIEN L. C.; CHEN Y. M. CHAN C. C. Health. Governance matters: an ecological association between governance and child mortality. *International Health*, v. 6, n. 3, p. 249-257, 2014.

LOURY, G. C. Intergenerational transfers and the distribution of earnings. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, p. 843-867. 1981.

LUPU, D.; MAHA, L. G.; VIORICĂ, E. D. COVID-19 Incidence in Europe: Drivers and Government Interventions. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, v. 16, n. SI, p. 80-93. 2020.

MURRAY, D. R.; SCHALLER, M.; SUEDFELD, P. Pathogens and politics: Further evidence that parasite prevalence predicts authoritarianism. *Plos One*, v. 8, n. 5, p. e62275. 2013.

NORRIS, P; GRÖMPING, M. Electoral Integrity Worldwide. Sydney: The Electoral Integrity Project, 2019. Disponível em: <https://www.electoralintegrityproject.com/the-year-in-elections-2019>. Acesso em: 20 out. 2025.

OLSEN, A. L.; HJORTH, F. Willingness to distance in the COVID-19 pandemic. *OSF*, v. 633. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 – 11 March 2020*. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 20 out. 2025.

ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max; ARRIAGADA, Pablo. *Trust*. Our World in Data, 2016 (last updated Apr. 2024). Disponível em: <https://ourworldindata.org/trust>. Acesso em: 20 out. 2025.

PARRY, L. J.; ASENBAUM, H.; ERCAN, S. A. Democracy in flux: a systemic view on the impact of COVID-19. *Transforming Government: People, Process and Policy*, v. 15, n. 2, p. 197-205, 2020.

PLATTEAU, J. P.; VERARDI, V. How to exit COVID-19 lockdowns: Culture matters. *CEPR, COVID Economics*, v. 23, p. 1-57. 2020.

PUTNAM, R. D. Making democracy work: Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. The strange disappearance of civic America. *Policy: A Journal of Public Policy and Ideas*, v. 12, n. 1, p. 3-15. 1996.

REPORTERS WITHOUT BORDERS (RSF). RSF World Press Freedom Index 2024: economic fragility a leading threat to press freedom. Disponível em: <https://rsf.org/en/rsf-world-press-freedom-index-2025-economic-fragility-leading-threat-press-freedom>. Acesso em: 20 out. 2025.

RUNGE, C. F. Institutions and the free rider: The assurance problem in collective action. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 1, p. 154-181. 1984.

SEEKINGS, J.; NATTRASS, N. COVID vs. Democracy: South Africa's Lockdown Misfire. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 4, p. 106-121. 2020.

SCHMELZ, K. Enforcement may crowd out voluntary support for COVID-19 policies, especially where trust in government is weak and in a liberal society. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 1, p. e2016385118, 2021.

VAN BAVEL, J. J. *et al.* Using social and behaviour science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour*, v. 4, n.5, p. 460-471. 2020.

XIMENES, R. A. A. *et al.* COVID-19 no nordeste do Brasil: entre o lockdown e o relaxamento das medidas de distanciamento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 1441-1456. 2021.

YAMIN, A. E.; HABIBI, R. Human rights and coronavirus: what's at stake for truth, trust, and democracy. *Health and Human Rights Journal*, v. 1. 2020.

ZANNAKIS, M.; WALLIN, A.; JOHANSSON, L. Political Trust and Perceptions of the Quality of Institutional Arrangements—how do they influence the public's acceptance of environmental rules. *Environmental Policy and Governance*, v. 25, n. 6, p. 424-438. 2015.

ZIMMERMANN, K. F. *et al.* Inter-country distancing, globalisation and the coronavirus pandemic. *The World Economy*, v. 43, n. 6, p. 1484-1498. 2020.